



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 100, DE 2011
(Do Sr. Rodrigo Maia)

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre os **Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPAC** na cidade do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. Que seja enviado ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, o pedido de informações seguinte, a respeito dos **Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPACs** emitidos pela cidade do Rio de Janeiro.

Em especial, solicitamos informações ao que toca o resultado financeiro da venda destes títulos mobiliários: **valores recebidos deverão ser contabilizados pelo Município como Receita Corrente ou como Receita de Capital?**

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Municipal Complementar nº 101 de 2009, da Cidade do Rio de Janeiro, autoriza o aumento do potencial construtivo na região Portuária da Cidade, por meio da venda de autorizações para a construção de edifícios mais altos do que os limites atuais. Excetua, a Lei, as áreas de preservação e patrimônio cultural e arquitetônico e dos prédios destinados aos serviços públicos.



Os títulos que veiculam tal autorização são os CEPACs: títulos mobiliários, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e podem ser negociados no mercado, por meio de leilões. Segundo a referida Lei Municipal nº 101/09, os CEPACs poderão ser negociados livremente até que seus direitos sejam vinculados a projeto de edificação aprovado pela Prefeitura para um lote específico. O Município tem autorização para emitir seis milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, setecentos e vinte e dois CEPACs para a outorga onerosa de potencial adicional de construção. Os valores arrecadados com a venda dos CEPACs serão totalmente investidos na Região Portuária conforme previsto pela Lei Complementar.

Por todo exposto e, especialmente, pela importância do referido tema para a Cidade do Rio de Janeiro, peço o encaminhamento deste requerimento a fim de que seja esclarecida a dúvida acima transcrita.

Sala das Sessões, em de de 2011.

Deputado Rodrigo Maia
DEM/RJ